

TERRITÓRIO RURAL: a origem do conceito e a pesquisa acadêmica atual

RURAL TERRITORY: the origin of the concept and current academic research

Patrícia Falco Genovez

Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, Brasil
patricia.genovez@univale.br

Michelle Nunes Moraes

Universidade Vale do Rio Doce, Bolsa PNPd/CAPES, Governador Valadares, MG, Brasil
michelle-mg2@hotmail.br

Resumo

O objetivo primeiro desta reflexão é verificar a presença ou ausência de um conceito de Território Rural adequado nas políticas governamentais quanto ao campo. Este aspecto é importante uma vez que é a partir deste conceito que a política territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário se estabelece com sucesso ou fadada ao fracasso. Numa primeira parte, vem apresentada a documentação governamental com a respectiva análise do conceito de Território Rural. A segunda parte lida com a produção acadêmica sobre o tema. A pesquisa bibliográfica foi feita em sites de busca e repositórios de trabalhos acadêmicos, dentre os quais foram selecionados: o Google Acadêmico, o Domínio Público, o SCIELO, a Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Num primeiro momento o levantamento buscou os autores que embasaram a política do MDA. Num segundo momento a discussão enfocou basicamente a noção de Território Rural que subjaz ao uso do referido conceito nas pesquisas acadêmicas e indicou a possibilidade de uma categorização tripartite: cenário interno, externo e geográfico.

Palavras-chave: Território Rural. Território. Epistemologia. Política Governamental para o Campo.

Abstract

The very first aim of this essay is verify the presence or absence of such an adequate concept “Rural Territory” in government policies regarding rural realm. This is a core concept since it is from it that the Brazilian Ministry of Agrarian Development (MAD) could stablish successful or doomed to failure policies. Government documents with the due analysis of “Rural Territory” concept is presented as first step. The second part deals with academic productions on the issue. From those publications available were selected Google Scholar, *Domínio Público* (Public Domain), *SCIELO* (Scientific Electronic Library Online), Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and the IPEA – Economic Research Applied Institute. In a first moment, this bibliographic research had in mind some researches whose concept of Territory is at the ground of Ministry policies. The further step was an analysis of academic studies use of the concept “Rural Territory”.

This end up with three main categories: internal scenario, external scenario and geographical.

Keywords: Rural Territory. Territory. Epistemology. Brazilian Governmental Rural Policy.

INTRODUÇÃO

De um modo geral, os conceitos não são instrumentos sem importância. O modo como um fenômeno é definido implica em práticas que podem decorrer de modo mais ou menos adequado. Assim, podemos imaginar que dentro do âmbito das políticas públicas relacionadas à melhoria da vida no campo, uma definição equivocada do que seja este mundo rural, pode levá-lo à estagnação ou mesmo à sua destruição com as consequências que já são bem conhecidas: abandono do campo e povoamento das periferias da cidade. Tendo isto presente, esta reflexão tem como objetivo fazer um levantamento da história do uso de um conceito chave “Território Rural”, e buscar indiretamente, colocar em diálogo a produção do meio acadêmico. Este esforço justifica-se exatamente pelo fato de que ao longo da história conceitos equivocados da ruralidade têm surtido efeitos contrários ao que se almejava. Por outro lado, a implementação de recursos a partir destes conceitos enviesados, tem resultados pífios se não contraproducentes.

Propor uma discussão sobre o conceito de “Território Rural” evoca um debate que implica articular, a princípio, as políticas públicas de órgãos governamentais e, posteriormente, o âmbito acadêmico. Por isso, cabe num primeiro momento um levantamento para compreendermos o surgimento e o uso do termo Território Rural e como ele se tornou central na política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2003.

O esforço de pesquisa empreendido sustentou-se metodologicamente num levantamento bibliográfico realizado em dois âmbitos: o primeiro, foi realizado nos documentos disponibilizados pelo IPEA e pelo MDA no intuito de mapear o surgimento e o uso do termo Território Rural. A pesquisa realizada nos sites do IPEA e do MDA considerou um levantamento de todos os textos para discussão publicados de 1990-atual, identificando os trabalhos que abordavam o termo território. Já no MDA a busca foi a partir dos documentos oficiais e posteriormente no Google Acadêmico.

No segundo âmbito, contou com pesquisa, realizada entre agosto de 2018 e fevereiro de 2019, em sites de busca e repositórios de trabalhos acadêmicos, dentre os

quais foram selecionados: o Domínio Público, o SCIELO, o Google Acadêmico e a Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses. O primeiro site, o Domínio Público, foi lançado em 2004 e disponibiliza obras raras e clássicas. O segundo site, o SCIELO (Scientific Electronic Library Online), foi criado em 1997 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). O Google Acadêmico (Google Scholar) foi lançado em língua portuguesa em 2006, e configura-se como uma ferramenta de busca capaz de localizar uma determinada palavra-chave na Web. O quarto, a Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD) foi lançada em fins de 2002. Essa biblioteca tem sido mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com o apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisa (FINEP). O banco possui 107 instituições participantes.

A pesquisa empreendida em todos os sites usou como palavra-chave “Território Rural”. No portal do Domínio Público, a parte referente à pesquisa básica, em textos, não retornou nenhum resultado. Na pesquisa em dissertações e teses o Domínio Público retornou uma dissertação de mestrado. No SCIELO, com especificação do assunto “Território Rural”, também retornou apenas um artigo. No Google Acadêmico retornaram 11.500 indicações que foram filtradas e classificadas por data e por publicações em páginas em português, gerando 37 indicações divididas entre artigos, dissertações, teses e textos publicados em anais de eventos. Descartamos os artigos e demais trabalhos que utilizaram o termo “Território Rural” apenas como recorte geográfico. Dessa forma, foram eliminadas 26 referências. Dentre as restantes, três tratavam o termo como relacionado ao desenvolvimento rural e oito, discutiam diretamente a temática do “Território Rural”. No último site de busca, na BDTD, retornaram 56 referências. Desconsiderou-se na listagem apresentada as repetições e os trabalhos que não apresentaram uma relação direta com o conceito de “Território Rural”, totalizando 25 trabalhos. No computo geral, essas 35 referências sustentaram essa discussão.

O artigo foi organizado, inicialmente, com o retrospecto do uso desse termo, indicando sua origem e, posteriormente, com uma categorização dos demais autores levantados, com um balanço crítico do conceito de “Território Rural”.

Território rural: origem e uso do termo

No levantamento que realizamos identificou-se que os primeiros usos do termo “Território Rural” foram em três textos publicados no livro organizado por Eric Sabourin e Olívio Alberto Teixeira (2002). O livro foi publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, com o título “Planejamento e desenvolvimento dos Territórios Rurais”. No capítulo de Claire Cerdan e Denis Sautier não houve a conceituação de território rural, apenas o uso do termo, considerando-o como uma instância administrativa, ou seja, como uma “configuração de organização particular de firmas e instituições. Leva-se em conta o conjunto de atividades locais ligadas à valorização do leite” (CERDAN; SAUTIER, 2002, p. 137). Ou seja, eles trabalharam com dinâmicas territoriais muito peculiares em uma área rural (zona rural) e é esta especificidade local que se chamou de “Território Rural”. Para Emilia Rodat Moreira e Ivan Targino o foco foi o estudo das mudanças pelas quais a agricultura estava passando e a organização do território. O rural, aqui, teve sentido de agrário (MOREIRA; TARGINO, 2002). Outro autor que se utilizou do termo foi Erick Sabourin (2002, p. 197-213). Neste caso, Erick Sabourin preocupou-se com a abordagem territorial para o desenvolvimento rural, considerando a descentralização e o fortalecimento da atuação dos municípios nas políticas agrárias. Para ele, a percepção do território como rural implica em considerar não somente aspectos econômicos, mas também aspectos culturais.

Neste sentido, pode-se dividir os estudos em dois grupos, tendo como ponto de partida a obra de Sabourin e Teixeira (2002) e os documentos do IPEA e MDA: abordagem territorial e o desenvolvimento rural. Esses dois grupos irão adotar uma nova abordagem que é a territorial rural. A preocupação institucional (órgãos oficiais do governo) com uma abordagem territorial, no Brasil, trouxe indicações de influência externa desde o seu marco inicial, ocorrido no final da década de 1990, sob influência dos estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do *Institut National de la Recherche Agronomique* (INRA), da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Em 1994, o Banco Mundial divulgou um relatório com um diagnóstico sugerindo uma mudança na política agrária do país no que tangia ao desenvolvimento rural, visando o combate à pobreza no campo (GERALDI, 2012, p.

163). Órgãos internacionais, tais como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a FAO e o Banco Mundial, passaram a exigir a territorialização das políticas como pré-requisito para firmar convênios (DUNCAN, 2004, p. 4).

Na década de 1990, portanto, pensar o desenvolvimento rural tornou-se questão crucial para o desenvolvimento do Brasil. Mas, que “rural” seria esse? A dificuldade residia na imprecisão da definição do que seria “rural”. O primeiro texto preocupado com políticas para o desenvolvimento rural foi o de Ricardo Abramovay (2000). Para ele, havia “um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil”. Isto devido ao fato de que, o IBGE definia como “rural” as áreas que estão fora dos limites das cidades, sendo que o “meio rural (...) corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista – de maneira distorcida – como ‘urbanização do campo’” (ABRAMOVAY, 2000, p. 2). Outra questão apontada foi a visão difundida do fatalismo demográfico, econômico, político e cultural do meio rural do qual ele discordara. Muitas regiões altamente dinâmicas têm características rurais, por isso “ruralidade não é em si um obstáculo à criação de empregos” (ABRAMOVAY, 2000, p. 1).

Mesmo após a crítica de Abramovay (2000), a dificuldade quanto a imprecisão na definição do que é “rural” persistiu. O *Boletim do IPEA* (2003, p. 99) observou que municípios de até 50 mil habitantes conservavam características rurais “que possibilitam identificá-los mais como espaços ‘rurais’ do que como propriamente ‘urbanos’”, por isso concluiu-se que “o pequeno município é parte integrante do mundo rural”. Ou seja, ocorreram mudanças significativas no modo de categorizar o meio rural. Uma delas foi a dissociação de lugar de residência e de lugar de trabalho, haja vista que muitos residentes nas áreas rurais não estão inseridos em atividade agrícola; ou, não estão ocupados ou estão inseridos em outras atividades que não a agrícola.

Esse *Boletim*, acima citado, fez uma análise do percurso da política de desenvolvimento rural no Brasil, colocando como marco uma reorientação da política de desenvolvimento agrário no ano de 1999. Nesse ano foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto em 12/05/2016), que representou uma mudança nas diretrizes da política agrária até então desenvolvidas. A reorientação foi explanada no documento *Novo Mundo Rural*, que visava uma descentralização das políticas em nível

local e regional e que deveria buscar uma dinamização da zona rural que envolveria desde a economia até a cultura. (IPEA, 2003, p. 107).

Já o termo “Território” aparece pela primeira vez neste *corpus* documental produzido pelo IPEA em 1999, a partir de Antônio Carlos Galvão e Ronaldo R. Vasconcelos (1999). Antes, os trabalhos do IPEA utilizavam-se do conceito de “Região”. Posteriormente, várias análises subsequentes do MDA tomaram os autores como referência. Para compreendermos essa mudança temos que retroceder aos documentos produzidos no início da década de 1990. Eles nos darão o panorama da guinada da abordagem regional para a territorial.

Em 1994, Juarez Rubens B. Lopes (1994, p. 31-37) publicou recomendações pautadas em ações neoliberais. Neste contexto, o projeto da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi apresentado como alternativa à agenda neoliberal em reação aos diagnósticos de agências multilaterais, efetuados na década de 1980. Em 1997, Gustavo Maia Gomes (1997) propôs uma crítica acerca das questões regionais. Dois anos depois, em 1999, foram publicados dois trabalhos: o primeiro, de Antônio Carlos F. Galvão e Ronaldo R. Vasconcelos (1999), citado acima, traz um diagnóstico bastante pertinente da situação brasileira inspirado no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. O segundo, de Nelson Fernando Zackseski e Maria Lélia Octaviano Ferreira Rodrigues (1999), teve como foco o estudo das políticas voltadas para o desenvolvimento regional, principalmente o repasse de recursos.

No ano de 2003, foi publicado pelo MDA o documento “Referências para um programa territorial de desenvolvimento Rural Sustentável”, deixando de lado os documentos do IPEA. Este documento revela um esforço de articulação entre do IICA com o MDA, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). A ideia foi promover a participação de vários profissionais e atores sociais que atuavam nos setores públicos, privados, da sociedade civil e nos movimentos sociais. O intuito desse documento foi o de referenciar conceitualmente a formulação de um programa que apoiasse a implementação de uma política nacional de iniciativas públicas e da sociedade civil embasada na abordagem territorial e em projetos de desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2003, p. 3). Foi usado o termo “Território Rural” e houve um esforço de delimitar o que seria considerado, a partir do enfoque territorial, o desenvolvimento rural

sustentável. Há, portanto, “uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção” (MDA, 2003, p. 20). Nessa perspectiva, “as políticas públicas devem ser regionalizadas, as ações públicas devem ser territorializadas, segundo os diversos contextos onde devem atuar” (MDA, 2003, p. 20). Os critérios que os qualificam têm predominância de elementos rurais, “podendo ser encontrados em locais ou áreas urbanas que vão desde cidades de pequeno e médio porte até vilas e povoados” (MDA, 2003, p. 29).

Além disso, as políticas voltadas para o desenvolvimento rural, que vinham sendo implantadas nas décadas anteriores, não surtiram efeito positivo no que se relacionava com a melhoria no padrão de vida das populações do interior do país. Em outras palavras, “as assimetrias quanto às oportunidades de desenvolvimento ainda produzem, no meio rural, o maior contingente de pobres e de excluídos” (MDA, 2003, p. 7). Propõe-se, portanto, o reconhecimento da agricultura familiar e o acesso à terra como forma de combater a “pobreza e a exclusão social no campo”, a partir de uma nova compreensão da ruralidade. Para superar os problemas encontrados no campo brasileiro, viu-se como necessário promover o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva territorial (MDA, 2003, p. 8). Assim,

[...] nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento, e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características. (MDA, 2003, p. 10).

Esta reforma teria de ser pensada levando-se em consideração aspectos territoriais, pois “o êxito da reforma agrária não pode ser medido apenas em termos de famílias assentadas, mas principalmente, na contribuição dessas famílias ao desenvolvimento da região onde estão inseridas” (MDA, 2003, p. 10). No diagnóstico realizado pelo documento ficou latente que o analfabetismo encontrado nas regiões menos desenvolvidas contribuía para os processos de exclusão social. Também se encontravam nessas regiões fatores econômicos, sociais, geográficos, educacionais e práticas políticas pouco propícias para o desenvolvimento da cidadania, o que contribuía para o baixo nível de desenvolvimento social, econômico e político (MDA, 2003, p. 12). Da leitura atenta do documento, portanto, percebe-se que o modelo de desenvolvimento

a partir do termo “Território Rural” é proposto em contraposição ao modelo do agronegócio, considerado como excludente. Nesse contexto, a produção de subsistência “foi sendo eliminada e os produtores expulsos para os centros urbanos, passando grande parte dos minifúndios a funcionar como moradia de famílias e não mais como unidade de produção anteriormente dedicada à agropecuária de pequena escala” (MDA, 2003, p. 13).

Como referência teórica para essa elaboração do MDA utilizou-se a publicação de Buainain, Silveira e Teófilo (S/D), do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, cuja conclusão é a de que o desenvolvimento brasileiro possui uma característica conservadora. Em outras palavras, a propriedade ainda se assentaria no modelo ultrapassado, sustentado em “um dos mais iníquos e ineficientes sistemas de distribuição e utilização de terras conhecidos” (BUAINAIN; SILVEIRA; TEÓFILO, s/d, p. 1). Esse obstáculo para o desenvolvimento econômico não teria sofrido alteração com a modernização das estruturas agrárias, com a aquisição de uma característica mais empresarial, ou seja, agroindustrial; pelo contrário, foi reforçado. Esse fenômeno foi denominado como modernização conservadora do latifúndio (BUAINAIN; SILVEIRA; TEÓFILO, s/d, p. 2).

A análise acima do MDA concluiu que pequenos agricultores não conseguem acessar os créditos. A solução seria “um programa de desenvolvimento dos territórios rurais (...) [que] pressupõe uma decidida alteração do quadro fundiário brasileiro” (MDA, 2003, p. 14). Por isso, foi proposta a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), responsável para a implantação das políticas de Desenvolvimento do Território Rural. Considerou-se importante que os atores envolvidos internalizassem “conceitos e experiência sobre a temática do desenvolvimento territorial, e [foram] discutidas formas de apropriá-los pelos instrumentos de políticas manejados por cada setor” (MDA, 2003, p. 18). Como metodologia propunha-se identificar as microrregiões, visando levantar as áreas prioritárias. “Assim, as peculiaridades de cada território seriam atendidas e os instrumentos de programas nacionais poderiam se ajustar às suas necessidades” (MDA, 2003, p. 19).

Em 2004, a Coordenação dos Órgãos Colegiados e Planejamento da SDT/MDA, coordenada por Marcelo Duncan A. Guimarães, trouxe as mesmas diretrizes que o documento produzido em 2003. De inovador ela estabelece a seleção das prioridades dos territórios, que deveriam ser divididos em urbanos, intermediários e rurais. Os rurais

seriam as microrregiões com índice populacional menor que 80 habitantes/km², e municípios com população média de 50.000 habitantes (SDT/MDA, 2004, p. 22).

Com a extinção do MDA, a SEAD passou a considerar como “Território Rural”: “espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável” (SEAD, 2016). Quanto ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais passou-se a considerá-lo de forma a integrar “as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental” (SEAD, 2016). Não há uma referência quanto ao conceito ou autor que embasa a proposta da SEAD.

Em síntese, dos documentos produzidos no âmbito governamental percebe-se o surgimento e o uso de um termo sem o devido cuidado de problematizá-lo conceitualmente. Tal vazio resultou numa política que, embora tivesse como meta a melhoria das condições da vida no campo, não avançou como o esperado em termos práticos, sem conseguir resolver os problemas oriundos das bases onde estavam assentadas. Isso porque a abordagem territorial, sem uma discussão consistente, continuou permeada pelo conceito de região, adotado até então. Portanto, uma vez expostas as discussões que ocorreram no âmbito de várias instituições, do governo e de agências nacionais e internacionais, cabem-nos questionar quando os “Territórios Rurais” passam a ser alvo de pesquisa acadêmica.

Os territórios rurais como objeto de pesquisa no meio acadêmico

Consideradas as exclusões já indicadas na Introdução, as 35 referências levantadas do meio acadêmico que trataremos nos sugerem a possibilidade de uma categorização dos autores nos seguintes termos: a) autores que tratam o conceito “Território Rural” a partir de um cenário interno, pautado especificamente no MDA, sendo que alguns o fazem de forma direta, citando somente o conceito; outros, recuperam todo um histórico da implementação da política territorial por parte do governo brasileiro; b) autores que tratam o conceito “Território Rural” a partir de um cenário externo pautado nas experiências desenvolvidas na tradição de Estados inseridos na União Europeia e na América Latina; c) autores que tratam o conceito “Território Rural” a partir de uma

discussão teórica, evocando epistemologicamente o conceito de Território a partir de um debate geográfico que engloba outros conceitos, especialmente o de Região.

Destaca-se que, em nenhuma das referências pesquisadas identificamos uma revisão bibliográfica específica do conceito “Território Rural” e que em vários casos percebe-se uma recorrência de duas ou mais categorizações numa mesma pesquisa. O processo de enquadramento de uma pesquisa ou obra em uma categoria se deu em função de uma ênfase dada pelo autor ao se tratar do conceito “Território Rural”.

Porém, antes de se adentrar em cada uma das categorias expostas acima cabe um registro quanto ao primeiro autor que, a partir dos parâmetros de busca já indicado, emerge com a temática dos territórios rurais. Assim, a primeira dissertação foi a de Roni Blume (2004), produzido no Mestrado em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesta pesquisa, o autor discute a troca do conceito “Região” pelo de “Território” e mostra a metodologia adotada pela OCDE. Como contraponto a essa metodologia Blume elege como referência José Eli da Veiga, cujos trabalhos incorporam “na dimensão territorial subsídios para contestar a definições normativas brasileiras, e a sua incapacidade de mensurar a real dimensão do rural territorial brasileiro” (BLUME, 2004, p. 96). Este programa de pós-graduação, voltado para o desenvolvimento rural, gerou outra pesquisa, no ano seguinte, com o intuito de “analisar as dinâmicas do território rural relacionadas à diversificação das atividades, à revitalização da paisagem rural e à profissionalização dos agricultores” (LUTHER, 2005, p. 14). Alessandra Luther traz como referências centrais Abramovay (2003), Veiga (2004) e Blume (2004). Neste âmbito, para Luther (2005, p. 27)

O território rural na perspectiva do MDA apresenta, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais” como um ambiente natural pouco modificado de baixa densidade demográfica, com base na economia primária, mantendo os hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados.

Essa perspectiva do MDA propicia um olhar diferenciado para a agricultura familiar e influencia na transformação da paisagem urbana e rural em um estudo específico sobre Arroio Grande, em Santa Maria/RS. Dessa forma, o conceito “Território Rural”, “constrói novas fronteiras e gera diferentes confrontos entre identidades - na

relação do agricultor com os consumidores (...), na maneira de interagir com a comunidade local, com o grupo, com a família” (LUTHER, 2005, p. 77).

Cabe ressaltar que essa perspectiva territorial proposta pelo MDA se desdobra dando origem em 2007, ao conceito “Territórios de Identidade” e em 2008 ao conceito “Territórios da Cidadania” (BRASIL, 2009). O primeiro fora proposto em 2007 no Planejamento Plurianual efetuado na Bahia e, logo em seguida, adotado pelo MDA (BAHIA, 2019). Ocorre, de fato, um desdobramento da instrumentalização da proposta territorial que deixa de focar apenas aspectos mais materiais para integrar elementos simbólico/culturais como já se verificava na política da União Europeia, especialmente, o Programa Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) implantado na Itália (regiões central e noroeste) (RITTER, 2011). A partir de 2013, foram criados os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) envolvendo as universidades. “Assim, as universidades passaram a coordenar esses núcleos, participando do planejamento, execução, monitoramento e avaliação da política no nível dos Territórios” (LUNAS; CARDOSO FILHO, 2018, p. 141).

Esse desdobramento foi acompanhado por estudos de outros centros acadêmicos, já na década seguinte. Entretanto, enfocaremos mais de perto apenas as discussões que tangenciaram o conceito “Território Rural”, o primeiro nível de categorização da política territorial adotada pelo MDA. Nesse aspecto o conceito também foi tema de pesquisa em vários centros, dentre os quais a UNESP, a UnB, a UFAL, UFCE, UFU, UFSE, UFPB, UFBA, UFV abarcando especialmente as perspectivas geográficas, sociológicas e econômicas. Blume e Luther citados anteriormente poderiam se enquadrar na primeira categoria, aquela que trata o conceito “Território Rural” a partir do MDA.

a) O conceito “Território Rural” a partir de um cenário interno

Além de Blume (2004) e Luther (2005) outros autores também tratam o conceito “Território Rural” a partir dos documentos técnicos produzidos pelo MDA e adotados pela SDT entre 2003 e 2016. Dentre esses autores citamos: Suelen Rodrigues (2011), Lúcio Mello (2011), Gledylucy Silva (2011), Ana Vlândia Brito (2012), Tarik Tanure (2012), Cícero Silva (2013), Tatiana Velloso (2013), Raiza da Silva (2013), Maria de Jesus Lima (2014), Amanda Ramos (2015), Andrei Stock (2016), Joilma Rios (2016), Rosiglay Vasconcelos (2016), Fernando Rosa (2017), Juliana Silva (2018), Victor Moraes et al (2018), Divina Lunas e Hamilton Cardoso Filho (2018).

Do ponto de vista da propositura de um conceito teórico “Território Rural” conforme Mello (2011), Cícero Silva (2013), Velloso (2013) – todos geógrafos, o MDA postula território como um

[...] espaço físico definido em termos geográficos, no geral contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais – entre eles meio ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. Possui população formada por grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos caracterizados por um ou mais elementos indicativos da identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2005, p. 28).

Os aspectos técnicos referentes ao “Território Rural” são considerados por Suelen Rodrigues (2011), Gledylucy Silva (2011), Ana Vlândia Brito (2012), Tarik Tanure (2012), Raiza da Silva (2013), Amada Ramos (2015), Andrei Stock (2016), Joilma Rios (2016), Rosiglay Silva (2016), Fernando Rosa (2017), Victor Moraes et al (2018) e Divina Lunas e Hamilton Cardoso Filho (2018) a partir de sua identidade socioeconômica e cultural com requisitos objetivos: municípios com até 50 mil habitantes e densidade populacional menor que 80 habitantes/km² (MDA, 2005). Neste grupo de estudiosos temos uma formação acadêmica variada que congrega geografia, sociologia e economia. De um modo geral, o “Território Rural” se expressa a partir das políticas implementadas dentro de uma abordagem territorial adotada pelo MDA. Essa abordagem foi considerada por Schneider (2004, p. 110) como

[...] ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc. Neste caso, o território passaria a ser uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social.

Com os requisitos objetivos, citados acima, as políticas governamentais vislumbram o território como uma base espacial para o desenvolvimento de metodologias e estratégias de desenvolvimento. Nesse sentido, outros conceitos como coesão social, rede de solidariedade, cooperativismo, mobilização e construção identitária surgem nos documentos da SDT sem, contudo, serem discutidos epistemologicamente (MDA, 2005).

Do ponto de vista meramente técnico, conforme já exposto anteriormente, o “Território Rural” ganhou desdobramentos que implicavam na consolidação de uma dada

identidade (Territórios Identitários) e de efetiva participação nas políticas públicas governamentais (Territórios da Cidadania). O conjunto desses conceitos dados e sem nenhuma discussão prévia nem por parte do MDA e nem por parte dos autores que pesquisam o tema amparam as diretrizes gerais que estabelecem os parâmetros para homologação de um “Território Rural”. Eles também compõem o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável que será aplicado a cada território (MDA, 2004). Dentre os desafios no âmbito técnico a gestão social é um elemento essencial para superar a ideia de que apenas o crescimento econômico é capaz de superar as desigualdades. A partir dela constrói-se o conceito de cidadania deliberativa “definindo como importante a criação de espaços coletivos que permitam ao indivíduo a participação nas políticas públicas, onde a sociedade passa a ter a possibilidade de assumir uma postura mais ativa nas ações do Estado” (LUNAS; CARDOSO JÚNIOR, 2018, p. 147).

Ainda neste grupo de autores que tratam o conceito “Território Rural” tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista técnico há aqueles que fornecem uma contextualização histórica da adoção de uma abordagem territorial: Raiza Silva (2013), Maria de Jesus Lima (2014), Amada Ramos, Joilma Rios (2016), Juliana Silva (2018). Em geral, estes pesquisadores partem da implementação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), da criação da SDT em 2000 e do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), em 2003.

- b) O conceito “Território Rural” a partir de um cenário externo (das experiências da União Europeia e da América Latina)

Os pesquisadores Mônica Schiavinatto (2013), Clésio de Jesus (2013), Jamille Lima (2014), Joiceia Sousa (2014), Gustavo Braga (2015), Cristiane Cerqueira (2015), Alcides Manzoni Neto (2017) e Arruda et al (2018) consideram o conceito “Território Rural” a partir de experiências externas, especialmente, aquelas vivenciadas na União Europeia (Espanha e Itália) e na América Latina. No caso vivenciado pela União Europeia (LEADER), conforme citado anteriormente, teve sua primeira etapa entre 1988 e 1993, valorizando ao mesmo tempo o âmbito rural e os aspectos de uma política com enfoque territorial. A perspectiva surgiu no momento em que um quadro da Comunidade Européia se estabelecia e buscava-se realçar tanto as potencialidades quanto ao nível de desenvolvimento de cada região. O LEADER teve outras etapas subsequentes (LEADER

1991-1994, LEADER II 1995-2000, LEADER+ 2000-2006 e LEADER 2007-2013) a partir de uma abordagem territorial inovadora que compreendia o território de maneira multidimensional, estimulando a participação social na gestão, fomentando redes de cooperação e valorizando os recursos endógenos (COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006). Ao longo das etapas a metodologia europeia implantada buscou basicamente estabelecer parcerias (verticais e horizontais), integração multissetorial, inovação, criação de uma rede ampla (cooperação inter e intraterritorial), incorporar mulheres e jovens e melhorar a governança local (CERQUEIRA, 2015, p. 14).

No que diz respeito ao cenário latino-americano a adoção da abordagem territorial sofreu influência de uma outra abordagem relacionada ao desenvolvimento rural. Esta última abordagem possui uma relação direta com as diretrizes de várias agências internacionais de cooperação e financiamento, dentre os quais o Banco Mundial, a (CEPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

A abordagem do “Desenvolvimento Rural” entre as décadas de 1930 a 1960 teve uma inserção circunscrita aos Estados Unidos e a Índia, sendo posteriormente implementada pelas Nações Unidas que a experimentou na Ásia e na África. Após a década de 1960 constatou-se “que os projetos de desenvolvimento comunitário eram pontuais e paliativos, pois não alcançaram a dinamização espacial desejada, e dependiam de recursos humanos e financeiros externos, dificultando sua execução a longo prazo” (LIMA, 2014, p. 62). No caso específico da América Latina, outros problemas assolavam o desenvolvimento rural na década de 1960: a produção não acompanhava a demanda nacional e internacional, era preciso modernizar o campo e realizar uma reforma agrária. Duas décadas depois, sem resultados efetivos e a partir da agenda governamental dos países latino-americanos, buscou-se implementar uma política de desenvolvimento rural integrado. Nesse percurso vários autores passam a discutir a questão a partir de uma série de documentos disseminados pela FAO sobre desenvolvimento rural (FAO, 2019).

No Brasil, essa política buscou a interação entre atividades agrícolas e industriais e a modernização agrícola gerando aumento da produtividade, mas, ao mesmo tempo, aumentando a pobreza e a desigualdade no campo. É na década de 1990 que a abordagem do desenvolvimento rural integra a noção territorial para superar a crise instaurada no meio rural. Em 1996, o Banco Mundial divulgou um relatório indicando a superação do

ênfase setorial (baseado no conceito de “Região”) redirecionando a intervenção estatal em toda a América Latina. No Brasil esse novo redirecionamento começa no governo de Fernando Henrique Cardoso e ganha consistência no governo Lula. O programa de fato inicia-se em 2003, apoiando e fortalecendo as institucionalidades territoriais, entendidas como espaços “(...) de expressão, discussão, deliberação e gestão, que congregam a diversidade de atores sociais e cuja atenção é voltada à gestão social das políticas e dos processos de desenvolvimento” (MDA, 2005, p. 11). No ano seguinte, o Ministério da Integração Nacional iniciou uma proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial com base em alguns conceitos: território, gestão territorial, desenvolvimento regional, planejamento territorial e ordenamento territorial (SOUSA, 2014, p. 78).

De fato, as pesquisas que tratam o conceito “Território Rural” partindo de um cenário externo trazem sua colaboração para a compreensão do tema. Entretanto, nenhum dos autores tratados nesse artigo realiza uma discussão quanto ao conceito de Território que subjaz às políticas empreendidas pelos organismos internacionais que disseminam o “novo” paradigma territorial na América Latina e, especialmente, no Brasil. O esforço de pesquisa resume-se a um levantamento do contexto e da constatação das políticas que foram empreendidas. Não se verifica o aprofundamento da temática e nem uma revisão bibliográfica que traga uma consistência teórica para as pesquisas.

- c) O conceito “Território Rural” a partir de uma discussão teórica (do conceito de território pela Geografia)

Vários dos autores que tratam o conceito “Território Rural” a partir de um cenário interno (levantados no item a) desenvolvem uma discussão teórica sobre o mesmo, dentre os quais: Diego Holanda (2012), Cícero Silva (2013), Tatiana Velloso (2013), Mônica Schiavinatto (2013), Raiza Silva (2013), Maria de Jesus Lima (2014), Alcides Manzoni Neto (2017) e Juliana Silva (2018). Essa discussão, do ponto de vista epistemológico, envolvendo geógrafos e economistas, evoca uma perspectiva materialista que mobiliza outros conceitos geográficos: Paisagem, Espaço, Lugar e Região.

O mentor referencial para estas pesquisas é Milton Santos (1994), embora outros geógrafos também sejam considerados: Raffestin (1993), Haesbaert (2002), Saquet (2007), Souza (1995) além do economista Abramovay (2000, 2001). Vale ressaltar que Milton Santos e os demais autores não são integrados numa discussão epistemológica em nenhuma das pesquisas citadas acima. Eles são citados sem, contudo, se fazer uma

referência em paralela aos documentos que embasam a política do MDA. Cabe ressaltar que foi na década de 1990 que o conceito de território ganhou novo fôlego, especialmente com a obra de Raffestin (1993), cuja discussão recoloca o conceito de território para a Geografia, rompendo o pensamento razteliano de território enquanto Estado-nação. No Brasil, os geógrafos Milton Santos (1994), Souza (1995), Haesbaert (2002) e Saquet (2007), contribuíram para a discussão. Milton Santos (1994) explica o conceito de território, em linhas gerais, mediante uma configuração múltipla e plural, que articula as diversas técnicas, os meios de produção, os objetos e coisas e pela dialética do espaço. Fora do âmbito materialista proposto por Milton Santos, Souza (1995) define o território a partir das relações de poder, imerso em escalas temporais podendo ser permanentes ou fluídos. Para Haesbaert (2002), o território além de construção histórica e também uma construção social, envolvendo relações de poder concretas e simbólicas, articulando tanto a sociedade quanto o espaço geográfico. Para Saquet (2007), o território congrega dimensões objetivas e subjetivas, “significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; *obras e conteúdos*. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material” (SAQUET, 2007, p. 73). Com se depreende dos conceitos aqui sintetizados, os autores referidos poderiam gerar um profícuo debate epistemológico envolvendo o conceito de território.

Entretanto, o conceito de Território que emerge das pesquisas é tomado como um mero reflexo de condicionantes socioespaciais. Diferentemente das demais pesquisas dos itens anteriores, esse grupo de autores consubstanciam de forma mais consistente uma crítica à abordagem do desenvolvimento rural pautada a partir de um paradigma territorial. Uma delas diz respeito às relações tecidas entre o território e os

[...] diversos segmentos sociopolíticos e econômicos de cada lugar [que] são muitas vezes desconsiderados, haja vista a necessidade da afirmação preeminente do território eufêmico, harmonioso e perfeitamente integrado. É a emergência da política do consenso do impossível, em detrimento da política do conflito, da difícil e árdua atuação que considera o território fruto de uma ação concreta dialética, desigual e combinada. (SILVA, C., 2013, p. 148).

Outra crítica que emerge de uma reflexão epistemológica a partir do conceito de Território é que não há um consenso entre os autores quanto às origens conceituais da abordagem territorial adotada pelo MDA. Este levantamento bibliográfico verifica uma

inclinação dos autores em adotar os pressupostos de Milton Santos, mas, essa influência não se verifica objetivamente nos documentos que ampararam as políticas do MDA, conforme pode-se perceber na primeira parte desse artigo.

Uma terceira crítica é a dificuldade do MDA em de fato substituir uma herança política pautada na regionalização por uma perspectiva multiescalar perpassada por assimetrias como exige a abordagem pautada no Território. Aliás, para Juliana Silva o conceito de Território no programa Território da Cidadania como “formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica (...) aproxima-se cada vez mais, segundo a perspectiva geográfica, da categoria de região” (2018, p. 58).

Há também contribuições interessantes neste quadro, que enriquecem o conceito “Território Rural”. Cícero Silva (2013) propõe a categoria “território-paisagem” para complementar a denominação “Território Rural”.

O rural, nessa leitura interpretativa, vai mais além do que o agrícola. Contempla também os interstícios da relação rural-urbano e, nesse sentido, o território-paisagem daria possibilidade de uma maior cobertura à intervenção interinstitucional – o que poderia servir de base para pensar as formulações do próprio PRONAT, bem como dos Territórios da Cidadania”. (SILVA, C., 2013, p. 115).

Além da propositura do território-paisagem, um segundo elemento pode contribuir para enriquecer o conceito “Território Rural”: os processos de territorialidade que eventualmente envolvem tal território. Assim, há que se considerar na produção dos territórios rurais “um processo de territorialidade de atores sociais que estabelecem as relações sociais de pertencimento, onde lidam com a terra e as novas oportunidades multifuncionais desempenhadas por esses grupos” (SILVA, 2018, p. 59).

Um terceiro elemento fundamental para a discussão do conceito “Território Rural” é a diferenciação entre “território dado” e “território construído”. Essa diferenciação coloca a questão identitária no centro da lógica territorial adotada pelo governo. Nesses termos, o território dado antecederia a si mesmo e seria constituído pela mera decisão político-administrativa. Ele teria como contraponto o território construído, oriundo de um processo estabelecido socialmente e o desenvolvimento de um sentimento de pertença. O pertencimento e a identidade seriam, de fato, na perspectiva de Amanda

Ramos (2015) os elementos essenciais para a constituição de um efetivo “Território Rural”, ao invés de se privilegiar elementos técnicos.

Por fim, um quarto aspecto que corrobora o território construído indicado por Ramos (2015) que contribuiria para adensar o conceito “Território Rural” seria considerá-lo como

[...] um arranjo geográfico resultante da combinação entre diversas formas regionais (histórica, produtiva e de planejamento), em busca de se tornar um território, isto é, com a pretensão de soldar as múltiplas variáveis que o constituem e os diversos projetos, muitas vezes conflitantes, que a ele subjazem, por meio da solidariedade institucional. (MANZONI NETO, 2017, p. 146).

Portanto os “Territórios Rurais” devem: a) carregar em sua essência características de uma região histórica; b) ser interpretados como uma região de planejamento; c) apresentar características de uma região produtiva; d) ser considerados territórios incompletos pelo fato de não terem uma autonomia político-administrativa. Por todas essas características, os “Territórios Rurais” deveriam ser considerados enquanto compartimentos do espaço geográficos, caracterizados pela complexidade e hibridez (MANZONI NETO, 2017, p. 147).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse levantamento bibliográfico, embora limitado pela seleção em função do uso de determinados sites de busca e por uma palavra-chave restrita a “Território Rural” traz elementos para se refletir sobre o uso desse conceito pelo MDA e como o mesmo tem sido tratado em pesquisas efetuadas nas últimas décadas.

Há pouca discussão sobre o conceito de Território que ancora o conceito “Território Rural”. Na época da propositura da abordagem territorial adotada pelo MDA pode-se aventar que o autor de referência pode ter sido Milton Santos (1994), mas outros estudiosos como Raffestin (1993) e Haesbaert (1997, 1999, 2002 e 2005) já possuíam trabalhos publicados sobre a questão territorial. É no mínimo curiosa a proximidade entre a definição de “Território Rural” e a proposta de Haesbaert (2002) nas publicações que antecedem e se sucedem à divulgação de documentos que amparam a política do MDA. Haesbaert (2002) propõe algo mais amplo em termos do conceito de território, mas sua proposta é bem próxima.

A noção por trás dessa política de cunho territorial é nitidamente voltada para uma estratégia. Há um aporte foucaultiano que subjaz a esse conceito de “Território Rural” que deixa de lado o aspecto antropológico das relações de poder entre os atores envolvidos no processo. As propostas elencadas na última parte do artigo nos fazem refletir se talvez não fosse mais interessante tratar da territorialidade ou multiterritorialidade rural do que propriamente do território, sob o qual recai um enfoque muito mais materialista e funcionalista. O fato é que embora a política com um enfoque territorial tenha contribuído para a melhoria nas condições de produção no campo ainda não foi suficiente para interferir de modo incisivo num contexto de desigualdade. Parte dessa dificuldade pode estar relacionada ao modo como o MDA definia os territórios rurais, sem considerar a priori o que Amanda Ramos denominou de território construído socialmente. A essa perspectiva pode-se acrescentar o aspecto histórico e antropológico que marca a existência de um território temporo-espacialmente, sem os quais restará um território artificial e sem uma memória efetiva que comporte sua diversidade.

Pode ser que grande parte dos motivos dos fracassos de propostas governamentais que tinham em vista a melhoria da vida no campo, se deva fundamentalmente ao esquecimento dos que lá habitam. Certamente existem exemplos no imenso território brasileiro de experiências bem sucedidas no meio rural e que lamentavelmente, deve-se dizer, apesar da política do governo que muitas vezes se pauta apenas em elementos técnicos, esquecendo-se das pessoas, da memória e da cultura local.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPEMIG pelo financiamento do projeto “A formação histórica de comunidades rurais de Xonin de Cima/GV: a configuração de seus atores sociais e o diálogo com a natureza”, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento

contemporâneo. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ARRUDA, C. D. B. et al. Dimensões e elementos de codesenvolvimento territorial: estudo de caso no centro sul vale do salgado. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 94-115, jan./abr., 2018.

BAHIA. SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Geoinformação – Territórios da Cidadania. Salvador, 2019.

BLUME, R. **Território e ruralidade**: a desmitificação do fim do rural. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BRAGA, G. B. **Por uma caracterização dos territórios segundo o modo de vida rural e/ou urbano**. 2015. 259 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

BRASIL. MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Plurianual 2008-2011. Relatório de Avaliação Exercício 2009. Brasília, 2009.

BRITO, A. V. da C. **O Programa Territórios da Cidadania e o desenvolvimento rural sustentável**. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. da; TEÓFILO, E. **Reforma agrária, desenvolvimento e participação**: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. Documentos Inéditos. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/NEAD, S/D.

CERDAN, Claire; SAUTIER, Denis. Construção e desenvolvimento dos territórios rurais: sistemas de Produção de queijo em Sergipe. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos Territórios Rurais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

CERQUEIRA, C. A. de. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural**: uma análise da delimitação dos territórios. 2015. 284 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

COMUNIDADES EUROPEIAS. **A abordagem LEADER**: um guia básico. Bruxelas: Comissão Europeia, 2006.

DUNCAN, M. **Desenvolvimento sustentável de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2004.

FAO - Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. Publicaciones, 2019.

GALVÃO, A. C. F.; VASCONCELOS, R. R. **Política Regional à Escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional**. Brasília: IPEA, 1999.

GERALDI, J. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Revista Planejamento e políticas públicas - IPEA**, Brasília, v. 39, p. 155-185, jul.dez. 2012.

GOMES, Gustavo Maia. **Desenvolvimento e política regional na União Europeia**. Brasília: IPEA, 1997.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In: SPÓSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente – SP: UNESPO, 2005. p. 9-32.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgrafia**, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HOLANDA, D. R. **Desenvolvimento Rural Sustentável: o caso do Programa de aquisição de alimentos (PAA) no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu-CE**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desenvolvimento Rural. Políticas sociais – acompanhamento e análise**. Brasília, v. 6, p. 99-117, 2003.

JESUS, C. M. de. **Desenvolvimento territorial rural: análise comprada entre os territórios constituídos**. 2013. 289 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

LIMA, J. da S. **Território e desenvolvimento territorial rural: o (des)envolver dos ativismos sociais no território do SISAL-BA**. 2014. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

- LIMA, M. de J. G. **Análise das condições de vida no Território Rural Planície Litorânea do Estado do Piauí**. 2014. 81 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- LOPES, J. R. B. **Novos parâmetros para reorganização da política social**. Brasília: IPEA, 1994.
- LUNAS, D. A. L.; CARDOSO JÚNIOR, H. M. Contribuições do Nedet para a gestão social no Território Rural do Sudoeste Goiano. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 140-164, set./dez. 2018.
- LUTHER, A. **Reconfiguração do território: transformações socioambientais em Arroio Grande-Santa Maria/RS**. 2005. 93 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para um programa territorial de desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA, 2003.
- MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Atlas dos Territórios Rurais**. Brasília: MDA/IICA, 2004.
- MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005.
- MELLO, L. P. **O Estado como indutor da inserção técnica na agricultura familiar: o caso do território rural do Vale do Rio Vermelho – GO**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- MONZONI NETO, A. **Competitividade e desenvolvimento territorial rural: ações e contradições do planejamento federal para territórios rurais no Brasil**. 2017. 256 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- MORAES, V. L. A. et al.; Descrição das metodologias participativas para elaboração de plano de investimento em Território Rural no âmbito do projeto Pró Semiárido. In CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6. CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 10. SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, 5. **Anais**. Brasília: Associação Brasileira de Agroecologia, 2018. p. 8-17.
- MOREIRA, Emilia R.; TARGINO, Ivan. Análise das mudanças da agricultura e dos territórios rurais: o litoral paraibano. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos Territórios Rurais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

OLIVEIRA NETO, J. M. de. **Gestão de conflitos na governança de territórios de identidade rural e da cidadania:** uma possibilidade prática. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, A. N. **Política de desenvolvimento rural do MDA:** a ausência da tradução no reconhecimento da identidade social no território rural do Baixo Amazonas. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

RIOS, J. R. **Participação social no Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável** – CODES do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Semiárido Baiano (2005-2015). 2016. 284 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

RITTER, C. Reflexões epistemológicas sobre os “territórios de identidade”. **Revista Geografar.** Curitiba, v.6, n.1, p.95-109, jun. 2011.

RODRIGUES, S. de L. **O poder da rede na materialização de programas de desenvolvimento territorial rural sustentável:** território da cidadania Região Central/RS. 2011. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2011.

ROSA, F. A. **Abordagem territorial e políticas de desenvolvimento rural:** o território da cidadania do Pontal do Paranapanema. 2017. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2017.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos Territórios Rurais.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SABOURIN, E.. Agricultura familiar, coletividades territoriais e construção dos territórios no Nordeste Semi-árido. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos Territórios Rurais.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SANTOS, M. **Território:** globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre o território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHIAVINATTO, M. **Desenvolvimento territorial: inovação ou imposição?** Um olhar sobre as abordagens territoriais do desenvolvimento territorial rural na América Latina. 2013. 204 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SILVA, C. N. M. da. **O território nas políticas de desenvolvimento rural no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): consenso ou conflito?** 2013. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, G. O. da. **Vozes do silêncio: participação e deliberação no nordeste brasileiro – uma análise a partir do território rural do litoral norte de Alagoas.** 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SILVA, J. A. da. **PROINF no território da cidadania do médio sertão de Alagoas: um caminho para o desenvolvimento territorial rural?** 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SILVA, R. M. T. da. **Território e desenvolvimento territorial: uma análise da política territorial do MDA em um estudo de caso do Cariri Oriental – PB.** 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

SOUSA, J. G. de. **Política de desenvolvimento territorial rural: o caso do território da Zona da Mata Norte-PB.** 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

STOCK, A. **Organização associativa da agricultura familiar no território rural do Alto Vale do Itajaí.** 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

TANURE, T. M do P. **Desenvolvimento Territorial Rural: políticas públicas no Território da Cidadania no noroeste de Minas.** 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

VASCONCELOS, R. C. de. **Gestão social do Programa Territórios da Cidadania da Mata Sul de Pernambuco:** limites e perspectivas da democracia participativa no desenvolvimento territorial rural. 2016. 211 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

VELLOSO, T. R. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural:** a trajetória dos territórios rurais no Estado da Bahia. 2013. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

ZACKSESKI, N. F.; RODRIGUES, M. L. O.F. **Uma aproximação à atual política regional no Brasil.** Brasília: IPEA, 1999.

Recebido em 30/09/2019. Aceito para publicação em 12/02/2020.
--